

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2012. PROCESSO LICITATORIO Nº. 004/2012.

O Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados que será realizado **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM**", a ser processado e julgado pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, conforme condições estabelecidas no presente Edital e de acordo com o disposto na **Lei Federal nº 10.520 de 17/07/02**, Lei Municipal nº 1.708 de 18.09.03, Lei de Licitações nº 8.666/93 e alterações, Decreto nº 3263 de 28.09.06, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar Municipal nº 18 de 20 de dezembro de 2007 e demais legislações complementares vigente e pertinente à matéria.

Serão recebidas propostas para "AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MULTIMÍDIA, PARA UTILIZAÇÃO NAS SALAS DE AULA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, QUE SERÃO MINISTRADAS EM CORONEL VIVIDA E PARA O DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA".

DATA DA REALIZAÇÃO: 01/02/2012.

HORÁRIO: 10h00min

LOCAL: Sede da Prefeitura – Praça Três Poderes, s/nº - Coronel Vivida – Pr.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na sala de licitações da Prefeitura Municipal, sita na Praça dos Três Poderes, s/n, **iniciando-se no dia 01/02/2012, às 10h00min** e será conduzido pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designado nos autos do processo em epígrafe.

I DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o "AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MULTIMÍDIA, PARA UTILIZAÇÃO NAS SALAS DE AULA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, QUE SERÃO MINISTRADAS EM CORONEL VIVIDA E PARA O DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA", conforme segue especificações:

Item	Qtd	Unid	Descrição	Valor Unit Máximo	Valor Total Máximo
100111	4.0		IMPRESSORA DE CUPOM FISCAL		
			Metodo de impressão matricial		
			Número de colunas 20, 24, 30, 40, 48 e 60		
			Direção de impressão unidirecional e bidirecional		
			Velocidade de impressão 2,2 lps e ou 2,7 lps		
			Tabela de caracteres ABICOMP e CODEPAGE 850		
			Velocidade de avanço do papel 11 lps		
			Largura da linha 67,2 mm		
1	1	Und	Modo de impressão normal, itálico, expandido,	1.506,00	1.506,00



			T	I	
			comprimido, sublinhado, enfatizado, elite e gráfico		
			Interface de comunicação paralela padrão CEtronics e/ou		
			serial padrão RS 232 C		
			Buffer de entrada 6 Kbytes		
			Protocolo de comunicação serial RTS/CTS e XON/XOFF Alimentação tensão 95 ~240 VAC automática		
			Largura da bobina 76 mm +/- 1 mm		
			Número de cópias original mais duas vias		
			Modelo da Fita tintada ERC-03		
			MCBF da cabeça de impressão 120 milhões de caracteres		
			MCBF do mecanismo 5 milhões de linhas		
			Opcionais autenticação, acionamento de gaveta		
			Software DLL 16/32 bits para Windows		
			Altura 140 mm		
			Largura 156 mm		
			Profundidade 272 mm		
			Massa 2,3 kg		
			Garantia: 01(um) ano		
			LEITORA ÓTICA		
			Gatilho eletrônico automático com CodeGate		
			Portátil e fixo		
			Power Link, cabos substituíveis pelo usuário		
			Compatível com os aplicativos MetroSet e MetroSelect		
			• Edição de dados, Bits'n'pieces		
			• Suporte ajustável		
			Ativação de curto e longo alcances		
			Compatível MetrOPOS		
			• EMI Classe B		
02	01	und		910.00	910.00
02	01	und	Garantia: 01(um) ano MICRO COMPUTADOR	810,00	810,00
			Intel® Core TM i5-2500 Processor (6M Cache, 3.30 GHz)		
			• Memória 4GB DDR3		
			• HDD 500 GB		
			• Driver DVD-RW		
			• 1 PS/2 mouse		
			• 1 PS/2 teclado		
			• 1 Porta Paralela		
			• 1 Porta Serial		
			• 1 VGA port		
			• 4 USB 2.0 ports		
			• Rede 10/100		
			Cor gabinete frontal: preto piano		
			Teclado preto		
			Mouse preto Piano		
			Caixa de som		
03	01	Und	Garantia: 01(um) ano	1.456,00	1.456,00
			Monitor LCD 21.5 polegadas		
04	01	Und	Garantia: 01(um) ano	430,00	430,00
			PROJETOR - DATASHOW		
			Com a tecnologia 3LCD, as imagens são nítidas e reais.		
			possui brilho de 2300 Ansi Lumens e possui conexão para		
			PC, DVD, vídeo game e HDTV.		
			• Disposito Visual: 16,0 mm x 3, Faixa de aspecto 4 por 3		
			• Número de pixels: 2,359,296 (1024 x 768 x 3) pixels • Lente de Projeção: Zoom de 1,3 vezes (manual), foco		
04	02	Und	manual	1.715,00	3.430,00
U4	02	Ollu	manuar	1./13,00	2.430,00



		1	TA 1 TA 1 1 / 1 1	1	
			• Lâmpada: Lâmpada de mercúrio de alta pressão de 210 W		
1			• Tempo de troca recomendado da lâmpada: 3000 H / 4500 H / 6000 H (Modo lâmpada: High / Standard / Low) (As		
			figuras são esperadas para o tempo de manutenção e não		
			garantidas. Elas dependerão do ambiente ou de como o		
			projetor é usado)		
			• Ciclo de limpeza do filtro: Max. 6000 H / Recomendamos		
			no mesmo momento em que a lâmpada é trocada		
			• Tamanho da tela: 30 - 300 (0.762 m to 7.62 m)		
			• Saída de Luz: 2300 lumens (lâmpada em modo alto) e		
			1800 lumens (lâmpada em modo standard) e 1500 em modo		
			Low.		
			• Resolução: Resolução de sinal de entrada máximo de		
			computador de 1600 x 1200 (visualização reformatada),		
			Resolução de tela de 1024 x 768 pixels / Sinal de vídeo -		
			NTSC, PAL, SECAM, 480/60i, 576/50i, 480/60p, 576/50p,		
			720/60p, 720/50p, 1080/60i, 1080/50i		
			• Sinais de Entrada Aceitáveis: Conector RS-232C - D-sub		
			9 pinos (fêmea) / ConectorLAN RJ45, 10BASE- T/100BASE-TX / Conector de entrada RGB / Y PB PR		
			Mini D-sub-15 pin os(fêmea), conector de entrada de áudio		
			- Minijack estéreo INPUT B Conector de entrada RGB -		
			Mini D-sub-15 pinos (fêmea), conector de entrada de áudio		
			- Minijack estéreo ; S VIDEO IN Conector de entrada S		
			vídeo - Mini DIN-4 pinos, conector de entrada de áudio -		
			RCA (x2) (compartilhado com VIDEO IN) / VIDEO IN		
			Conector de entrada de vídeo - RCA, conector de entrada		
			de áudio: RCA (x2) (compartilhado com S VIDEO IN)		
			• Dimensões: 313,4 x 129,6 x 278,3 mm (L x A x P) / 313,4		
			x 114,1 x 269 mm (sem protuberâncias)		
			• Peso: 3,2 Kg, aproximadamente		
			• Acessórios Fornecidos: Controle Remoto RM-PJ7 (1),		
			Bateria de lítio: CR2025 (1), Cabo Mini D-sub 15 pinos (1),		
			Capa da lente (1), Manual de Instruções (1), Guia Rápido		
			(1), Cabo de alimentação CA (1), Estojo de transporte (1)		
			Peso bruto: 5,0Kg		
			Dimensão: 12,90cm x 31,30cm x 27,80cm (Altura x		
			Largura x Comprimento)		
			Garantia: 03(tres) anos.		
			RETROPROJETOR		
			02 lâmpadas 24V X 250W(tipo HLX) Botão para troca de lâmpada		
			Ventilação por micro ventilador		
			Iuminação aproximaa de 2500 lm		
			Voltagem 115-127-220V, trivoltado		
			• Consumo elétrico de 310W		
			Termostato e fusível de segurança		
			• Lente de projeção de 320.0 mm		
			Alça para transporte		
			Haste articulada dobrável		
			• Área de exposição 29.0 x 29.0 cm		
			Cabeça de projeção giratória e botão de focalização		
			• Peso líquido: 7,930 Kg		
05	01	111	• Peso bruto: 9,085 Kg	1 402 00	1 402 00
05	01	Und	Garantia: 01 (um) ano. TELA TRIPÉ	1.492,00	1.492,00
06	01	Und	Medindo 1,50cm x 1,50 cm, com suporte para	505,00	505,00
	01	Jiiu	1,500 m, com suporte para	505,00	505,00



		1	1	ı	1
			retroprojetor e enrolamento automático, para uso de		
			projetores e retroprojetores, com as seguintes caracteristicas		
			técnicas: tecido matte white, superfície de projeção 1,1		
			vezes no brilho, estojo metálico e pés com pintura		
			eletrostática na cor preta, haste de sustentação cromada,		
			rolo da tela em tubo mecânico não calandrado, suportes de		
			fixação do rolo no estojo com buchas de latão, parada em		
	<u></u>		qualquer ponto do desenrolar da tela (multi point).		
			Impressora Matricial		
			- Impressora matricial de 80 colunas		
			- Velocidade de 680 cps.		
			- Tipo de impressão: monocromática, Matriz de Ponto de 9		
			agulhas.		
			- Funciona com papel contínuo e folhas soltas.		
			Características Técnicas:		
			- Tamanho do buffer: 128 KB		
			- Linguagens compatíveis: EPSON ESC/P, IBM PPDS,		
			Okidata Microline.		
			- Ruído: 55 dBA		
			- Duração do cabeçote : 400 milhões de caracteres.		
			- Buração do cabeçote : 400 minoes de caracteres. - Windows 95/98/2000/Me y NT 4.0		
			- Matricial de 9 agulhas		
			- Direção de impressão: Busca lógica Bidirecional		
			- Espaçamento de linha: 1/6		
			- Capacidade de número de impressão de vias: 7		
			- Capacidade de impressão da fita: 7,5 milhões.		
			- Peso: 7,4 Kg		
			- Dimensões: 16,76/41,40/35,05 cm (Alt/Larg/Prof)		
			Interfaces:		
			- Bidirecional paralela (compatível com ICEE 1284 Nibble		
			Mode)		
			- USB 1.1 encaixe tipo B para catões.		
			- Possui slot de expansão para interfaces opcionais.		
			<u>Velocidades:</u>		
			- Velocidade de impressão Rascunho Ultra-rápido 680 cps		
			(12cpp).		
			- Rascunho em alta velocidade 559 cps (10cpp) Rascunho		
			419 cps (10 cpp).		
			- Qualidade quase de carta (NLQ) 104 cps (10cpp).		
			Confiabilidade:		
			- Volume de Impressão : 52 milhões de linhas.		
			- Duração do cabeçote : 400 milhões de caracteres.		
			- MTBF do cabeçote: 20.000 horas de		
			funcionamento(POH), 25% Ciclo de trabalho.		
			Painel:		
			- Fonte, dot pitch		
			- Pausa, tear-off, bin selection,		
			- Avança linha, avança página, carregar folha,		
			- Ejeta folha, micro-ajuste, topo de formulário e ajuste		
			- Panel lockout		
			- Reset, menu e configuração padrão		
			Energia:		
			- Voltagem: 120V (103,5 ~132V)		
			- Frequência: 50~60Hz.		
07	2	Und	Garantia: 01(um) ano.	1.460,00	2.920,00
- 07		Ond	Estante de Aço medindo 198cm alt x 92 cm larg. x 42cm	1.400,00	2.720,00
			prof. com 06 prateleiras 42cm com reforço. Acabamento		
08	03	Und	pintura epóxi a pó na cor cinza. capacidade de carga por	208,00	624,00
00	05	Cliu	princia eponi a po na coi cinza. capacidade de carga por	200,00	027,00



			prateleira 50kg distribuidos.		
			Conjunto Escolar Adulto tampo em MDF espessura mínima de 15mm, revestido na sua parte superior em fórmica. Estrutura em tubo de aço industrial 7/8, parede 1,2 com travessas entres as pernas, pintada com epóxi em pó na cor preta. Acabamento da tubulação com ponteiras em polipropileno. Cadeiras com encosto em MDF 10mm de		
09	40	Und	espessura, revestido revestido de fórmica. Estrutura em tubo de aço industrial 7/8, parede 1,2 com travessas entres as pernas, pintada com epóxi em pó na cor preta. Acabamento da tubulação com ponteiras em polipropileno.	155,00	6.200,00
		estima		19.373,00	

Valor total máximo estimado do presente processo: R\$ 19.373,00 (dezenove mil trezentos e setenta e tres reais).

II DA PARTICIPAÇÃO

1) Poderão participar do certame empresas jurídicas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

III DAS RESTRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

1 – Não poderão participar deste pregão:

- 1.1. Empresas que não atenderem às condições deste Edital;
- 1.2. Empresas que estejam em concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 1.3. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Igualmente não poderão participar as empresas suspensas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná;
- 1.4. Empresas reunidas em consórcio, que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 1.5. Empresas que tenham incompatibilidade negocial com o município, nos termos da Constituição Federal e da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como conforme interpretação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- 1.6. Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.

IV DO CREDENCIAMENTO

- 1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 - a) Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
 - b) TRATANDO-SE DE PROCURADOR, A PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO OU PARTICULAR, da qual constem poderes específicos para formular lances,



negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, ACOMPANHADO DO CORRESPONDENTE DOCUMENTO, DENTRE OS INDICADOS NA ALÍNEA "A", QUE COMPROVE OS PODERES DO MANDANTE PARA A OUTORGA.

- c) O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- 3. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- V DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:
- 1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo I ao Edital, deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs 1 e 2.
- A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 01 – Proposta Pregão Presencial n°. 04/2012 Empresa:

CNPJ:

Data da Abertura: 01 de Fevereiro de 2012.

Horário de Abertura: 10h00min.

Envelope nº. 02 – Habilitação Pregão Presencial n°. 04/2012 Empresa:

Empres CNPJ:

Data da Abertura: 01 de Fevereiro de 2012.

Horário de Abertura: 10h00min.

- 3. A proposta deverá ser elaborada preferencialmente em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.
- 4. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original, para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio até antes do horário de entrega dos envelopes.

VI DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

- 1. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
 - a) Nome, endereço e CNPJ;
 - b) Número do Pregão;
 - c) Descrição do objeto da licitação;
 - d) Prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.
 - e) Marca dos itens oferecidos.



- 2. O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável.
- 3. No preço cotado obrigatoriamente estarão incluídas as despesas com frete, seguros e impostos incidentes sobre o objeto da licitação, não se admitindo qualquer adicional.
- 4. Os preços cotados pela concorrente do objeto da presente licitação deverão ser em moeda corrente no país, sendo que o mesmo não sofrerá qualquer reajustamento, salvo por reequilíbrio econômico financeiro.
- 5. Deverá ser observado o preço unitário máximo para cada item constante no objeto
- 6. Não poderão ser modificadas as unidades e especificações constantes do objeto.
- 7. A apresentação da proposta na Licitação será considerada como evidência de que a proponente tomou conhecimento de todos os elementos especificados, documentação da Licitação, e que obteve da Prefeitura Municipal, informações satisfatórias para elaboração de sua proposta.
- 8. OBS: A proponente deverá apresentar no envelope de Proposta de Preços, proposta de preços impressa e em mídia digital (CD-R) ou Disquete, cujo arquivo para preenchimento deverá ser obtido junto ao departamento de licitações do município.

6.1 - Disposições gerais referentes às propostas:

- 6.1.1 Os interessados nesta licitação deverão, às suas expensas obter as informações necessárias à correta avaliação dos custos e prazos que terão para o cumprimento da ata de registro de preços.
- 6.1.2 Fica entendido que as especificações e demais elementos fornecidos pela PREFEITURA são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado específico e válido.

VII DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

- 1. O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados:
- 1.2 **PARA AS EMPRESAS CADASTRADAS** na Pref. Municipal de Coronel Vivida:
 - *a)* Certificado de Registro Cadastral CRC, válido na data limite fixada para apresentação dos documentos neste Pregão;
 - b) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais;
 - c) Certidão Negativa de **Tributos Estaduais**;
 - d) Certidão Negativa de **Tributos Municipais**, do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
 - e) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social (INSS);
 - f) Certificado de Regularidade do **FGTS**;
 - g) Declaração de fatos impeditivos, recebimento da documentação e não contratação de menor (ver modelo conforme Anexo 02);
 - h) Certidão simplificada da Junta Comercial do Estado Sede da empresa, com validade de 90 (noventa) dias da data de sua expedição.
 - i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com validade igual ou posterior à data prevista para a abertura desta Licitação.



- 1.3. PARA AS EMPRESAS NÃO CADASTRADAS na Pref. Municipal de Coronel Vivida:
 - a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
 - c) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais;
 - d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
 - e) Certidão Negativa de **Tributos Municipais**, do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
 - f) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social (INSS);
 - g) Certificado de Regularidade do FGTS;
 - h) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante, com validade de 90 (noventa) dias da data de sua expedição.
 - i) Declaração de fatos impeditivos, recebimento da documentação e não contratação de menor (ver modelo conforme Anexo 02);
 - j) Certidão simplificada da Junta Comercial do Estado Sede da empresa, com validade de 90 (noventa) dias da data de sua expedição.
 - l) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com validade igual ou posterior à data prevista para a abertura desta Licitação.

1.4- Disposições gerais referentes aos documentos:

- 1.4.1 Todos os documentos deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade e poderão ser apresentados em original juntamente com cópia a ser autenticado pelo pregoeiro, ou por qualquer processo de cópia autenticada, desde que legíveis.
- 1.4.2 A falta de qualquer documento exigido no presente Edital, implicará na inabilitação do Licitante, não sendo concedido em nenhuma hipótese, prazo para apresentação de documento(s) faltante(s), salvo as hipóteses da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

VIII DO PROCEDIMENTO, JULGAMENTO E DO PREÇO MÁXIMO.

- 1. No horário e locais indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- 2. No momento do credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo I ao Edital e declaração de micro e pequena empresa para usufruir dos benefícios da lei complementar 123/2006, podendo ser utilizado como modelo o anexo V, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 2.1. Iniciada a abertura do primeiro envelope Proposta estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 3. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
 - a) Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital;



- b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
- 3.1. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 3.2. Serão desclassificadas as propostas que excederem ao preço máximo estabelecido para cada item, fixado pela Administração.
- 3.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 4. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
 - a) Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
 - b) Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

4.1. Para efeito de seleção será considerado o preço unitário por item.

- 5. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 5.1. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 6. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de acordo com fixado pelo pregoeiro, aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação da redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço unitário por item.
- 7. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 8. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se, para as selecionadas, o último preço ofertado.
- 9. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, com vistas à redução do preço.
- 10. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço.
- 11. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.



- 12. Eventuais dúvidas com relação à regularidade dos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- 12.1. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 12.2. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 13. Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no subitem 1.2 e 1.3 do item VI, o Pregoeiro, se necessário, diligenciará.
- 14. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 15. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

IX DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediatamente a sua intenção, apresentando o motivo, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias corridos, sendo que o início e o término da contagem do prazo se dará sempre em dia útil, para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 6. A adjudicação será feita por item.
- X DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO.
- 1. Os itens objeto desta licitação deverão ser entregues no Departamento de compras do município, até 10 (dez) dias após o recebimento da ordem de compra.



2. Os itens objeto desta licitação deverão ser entregues no Departamento de Compras, correndo por conta da Contratada as despesas de Transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

XI DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.
- 2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- 3 Se disser respeito aos objetos, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 3.1 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- 3.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 3.2.1 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dia úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

XII. DA FORMA DE PAGAMENTO

- O preço ajustado será pago através da Tesouraria da Prefeitura Municipal, diretamente em conta corrente bancária em nome do favorecido, até o 10° (décimo) ou 20° (vigésimo) dia do mês subsequente a entrega do objeto conforme segue:
- 1.1 Notas fiscais entregues do dia 10 ao dia 20 de cada mês, o pagamento será efetuado no dia 10 do mês subsequente a entrega da NF;
- 1.2 Notas fiscais entregues do dia 21 ao dia 09 de cada mês, o pagamento será efetuado no dia 20 do mês subseqüente a entrega da NF;
- 1.3 Caso os dias previstos para pagamentos cair em finais de semana ou feriados, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil após o feriado ou final de semana.
- 2. O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente da Contratada.
- 3. Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº. 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº. 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:
 - "6. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:



- 6.1. <u>destinadas à Administração Pública</u> direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos <u>Municípios</u>;
- 6.2. com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;
- 6.3. de comércio exterior."
- 4. Empresas que não apresentarem nota fiscal eletrônica conforme orientações acima descritas terão seus <u>pagamentos retidos</u> até a apresentação da nota fiscal eletrônica, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual do Paraná, Norma de Procedimentos Fiscais nº. 067/2010 de 27 de Agosto de 2010.

XIII DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

 Os recursos para aquisição dos equipamentos que consta neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária especifica de cada departamento, quando da compra, conforme abaixo especificado:

Órgão/ unidade	Unidade	Funcional Programática	Elemento	Fonte	Código Reduzido
05/01	Depto de Educação	05.001.12.361.0013.1.015	4.4.90.52	01000	7359
05/01	Depto de Educação	05.001.12.361.0013.1.015	4.4.90.52	01103	7360
05/01	Depto de Educação	05.001.12.361.0013.1.015	4.4.90.52	01104	7361
05/01	Depto de Educação	05.001.12.361.0013.1.015	4.4.90.52	01105	7362
05/01	Depto de Educação	05.001.12.361.0013.1.015	4.4.90.52	01107	7363
05/01	Depto de Cultura	05.002.13.382.0017.1.017	4.4.90.52	01000	7368
07/01	Depto de Agropecuária	07.001.20.602.0025.1.042	4.4.90.52	01000	7395
07/01	Depto de Agropecuária	07.001.20.606.0024.1.040	4.4.90.52	01000	7394

XIV DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Se, por ocasião da formalização da ata de registro de preços, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 1.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item XIV, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 1.1 deste item XIV, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.
- 2.1 Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 8 (oito) dias úteis, contados da divulgação do aviso.
- 2.2 A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Município e veiculação na Internet.



2.3 Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 9 a 15, do item VIII; e 1, 2 e 6 do item IX, deste ato convocatório.

XV DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas aqui previstas, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, conforme segue:
- 2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o preço total do Contrato, no caso da vencedora dar causa ao cancelamento da Contrato.
- 2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o preço total do Contrato, por dia de atraso, no caso da vencedora não cumprir o subitem o prazo de entrega deste edital, até o limite máximo de 10 (dez) dias corridos, quando dar-se-á por cancelado o Contrato.
- Constituem hipóteses que podem determinar adoção das sanções de suspensão e declaração de inidoneidade:
 - a) inexecução total de obrigações contratuais;
 - b) inexecução parcial de obrigações contratuais;
 - c) de pessoas físicas ou jurídicas que tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - d) prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação (são exemplos de ilicitudes: falsear dados e demonstrativos, apresentar declarações falsas, apresentar documentos com falsidade ideológica, oferecer amostras diversas da contratada, realizar combinações indevidas, do tipo jogo de planilhas e arranjos escusos, entre outras);
 - e) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

XVI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo Pregoeiro, equipe de apoio e pelos licitantes presentes.
- 2.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, bem como as propostas, serão rubricados pelo Pregoeiro, equipe de apoio e pelos licitantes presentes que desejarem.



- 4. O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do município.
- 5. Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do município.
- 6. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada no Departamento de Licitações, após a celebração da ata de registro de preços.
- 7. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 7.1. A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 1 dia útil, anterior à data fixada para recebimento das propostas.
- 7.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 8. A vencedora é responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e acompanhamento pelo Município.
- 9. São de responsabilidade da vencedora, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento objeto da presente licitação e a sua inadimplência não transfere ao Município a responsabilidade por seu pagamento.
- 10. A empresa licitante fica obrigada a garantir a qualidade dos produtos fornecidos.
- 11. Deverão ser respeitadas as leis ambientais vigentes no âmbito Federal, Estadual e Municipal.
- 12. O Município reserva, ainda, o direito de paralisar ou suspender o fornecimento contratado, mediante pagamento único e exclusivo daqueles já entregues, considerando-se, para tanto, os preços unitários.
- 13. Na execução e recebimento do fornecimento contratado, serão observadas as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 Código de Defesa do Consumidor.
- 14. A vencedora se obriga a manter, durante toda a contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 14.2. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 16. Integram o presente Edital:
 - Anexo I Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;
 - Anexo II Declaração de idoneidade e não contratação de menor.
 - Anexo III Minuta da Ata de Registro de Preços.
 - Anexo IV Solicitação de Proposta de Preços.
 - Anexo V Declaração de ME (micro empresa) e EPP (empresa de pequeno porte);
 - Anexo VI Modelo de Procuração.



- 17. Dúvidas a respeito deste Pregão poderão ser dirimidas no horário compreendido das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, no Departamento de Licitações, sito na Praça dos Três poderes s/n. neste Município. Informações: (046) 3232-8304.
- Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Coronel Vivida.

Coronel Vivida, 17 de Janeiro de 2012.

Ademir Antonio Aziliero Presidente da Comissão de Licitação



Observação: este documento deverá ser apresentado fora dos envelopes entregue ao Pregoeiro.

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2012

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Local e data
Pregão Presencial n°. 004/2012.
O abaixo assinado, representante legal da Empresa
Nome e assinatura do Representante Legal da empresa RG do declarante



ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2012

PREGAO PRESENCIAL nº 004/2012
MODELO DE DECLARAÇÃO
Local e data
Identificação da Proponente
Declaramos, para fins de participação no Pregão Presencial nº. 004/2012 , que não existem fatos que impeçam a nossa participação nesta licitação e, também, de que nos comprometemos, sob as penas da Lei, a levar ao conhecimento da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida — Secretaria Municipal de Administração, qualquer fato superveniente, posterior, que venha a impossibilitar a habilitação, de acordo com o estabelecido no parágrafo 2º do Artigo 32 da Lei 8.666/93.
Declaramos, ainda, que recebemos todas as cópias da referida Licitação, bem como todas as informações necessárias que possibilitem a entrega da proposta, em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93, concordando com os termos da presente licitação.
Declaramos, finalmente, para fins do disposto no Inciso V do Artigo 27 da Lei 8666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não empregamos menor de dezesseis anos.
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.
Coronel Vivida, de de 2012.
Nome e assinatura do representante legal ou procurador da empresa, devidamente identificado através da documentação apresentada no envelope Habilitação.



ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0xx/2012

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS QUE FIRMAM O MUNICÍPIO DE CORONE	EL
VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ E A EMPRESA:	,
NA FORMA ABAIXO:	

Por este instrumento particular, o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA-PR, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, situada à Praça Três Poderes, s/n°, Centro, Coronel Vivida - PR, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.995.455/0001-56, neste ato representada pelo prefeito municipal, Sr. Fernando Aurélio Gugik, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº xxxxx, portador da cédula de identidade RG nº xxxxx, residente e domiciliado na cidade de Coronel Vivida - PR, e do outro, a Empresa...... pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, neste ato representada pelo(a) Sr(a) inscrito no CPF nº , residente e domiciliado em....., vencedora da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, para AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MULTIMÍDIA, PARA UTILIZAÇÃO NAS SALAS DE AULA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, QUE SERÃO MINISTRADAS EM CORONEL VIVIDA E PARA O DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, fundamentados a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708 de 18.09.03, Lei de Licitações nº 8.666/93, Decreto nº 3263 de 28.09.06, Lei Complementar nº 123 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 18 de 20 de dezembro de 2007, em estrita observância aos Diplomas Legais que norteiam as Licitações e Contratos Administrativos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A CONTRATADA se obriga a fornecer, para a PREFEITURA, o(s) objeto(s) a seguir discriminados:

(especificação, quantidade, preços unitários e total)

<u>CLAUSULA SEGUNDA</u> - <u>PREÇO</u>

CLAUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO

O preço ajustado será pago através da Tesouraria da Prefeitura Municipal, diretamente em conta corrente bancária em nome do favorecido, até o 10° (décimo) ou 20° (vigésimo) dia do mês subseqüente a entrega do objeto conforme segue:

- 1. Notas fiscais entregues do dia 10 ao dia 20 de cada mês, o pagamento será efetuado no dia 10 do mês subsequente a entrega da NF;
- 2. Notas fiscais entregues do dia 21 ao dia 09 de cada mês, o pagamento será efetuado no dia 20 do mês subsequente a entrega da NF;
- 3. Caso os dias previstos para pagamentos cair em finais de semana ou feriados, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil após o feriado ou final de semana.



<u>Parágrafo</u> <u>Primeiro:</u> As notas fiscais deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias, devidamente regularizadas nos seus aspectos formais e fiscais.

- a) Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº. 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº. 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:
- "6. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1° de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:
- 6.1. destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- 6.2. com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;
- 6.3. de comércio exterior."
 - b) Empresas que não apresentarem NF'e conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual do Paraná, Norma de Procedimentos Fiscais nº. 067/2010 de 27 de Agosto de 2010.

<u>Parágrafo</u> <u>Segundo:</u> A CONTRATADA emitirá nota fiscal dos equipamentos fornecidos e encaminhará ao Departamento de Compras, da Prefeitura Municipal para as necessárias anotações e carimbo no verso com visto do responsável.

<u>Parágrafo</u> <u>Terceiro:</u> Os pagamentos serão realizados na sede da PREFEITURA através de sua Tesouraria diretamente na conta corrente bancária em nome do favorecido.

<u>Parágrafo Quarto:</u> Caso se verifique erro na nota fiscal, o pagamento será sustado até as providências pertinentes serem tomadas por parte da CONTRATADA.

<u>Parágrafo</u> <u>Quinto</u>: Caso no dia previsto para pagamento não tenha expediente na PREFEITURA, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

<u>Parágrafo</u> <u>Sexto:</u> Em caso de não cumprimento pela CONTRATADA de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

<u>CLAUSULA QUARTA - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO.</u>

Os equipamentos, objeto desta licitação deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento ou nota de empenho.

Os equipamentos deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, sito a Praça Três Poderes, s/n.

<u>Parágrafo</u> <u>Primeiro:</u> Considera-se infração contratual o retardamento na entrega dos equipamentos ou a sua paralisação injustificada, a critério da PREFEITURA.

CLAUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS



<u>Parágrafo</u> <u>Primeiro:</u> À PREFEITURA reserva-se ainda o direito de recusar todo e qualquer equipamento que não atender as especificações contidas no Edital e/ou Contrato, ou que seja considerado inadequado pela PREFEITURA.

<u>Parágrafo</u> <u>Segundo</u>: A responsabilidade pelo fornecimento em tempo hábil do equipamento será da CONTRATADA. Conseqüentemente ela não poderá solicitar prorrogações de prazos em decorrência do atraso na entrega.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar a PREFEITURA ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e/ou prepostos, no fornecimento do objeto da presente licitação, isentando a PREFEITURA de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos, inclusive quanto às de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e civil.

<u>Parágrafo</u> <u>Quarto:</u> A CONTRATADA se obriga a respeitar, rigorosamente, no fornecimento deste Contrato, legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, bem como normas de higiene e segurança, por cujos encargos responderá unilateralmente.

CLAUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

O recebimento dos equipamentos se dará, provisoriamente por funcionário da Prefeitura e definitivamente por Comissão designada para esse fim, após verificar as condições de qualidade e quantidade de acordo com a Cláusula Primeira deste Instrumento, mediante recibo.

<u>Parágrafo</u> <u>Primeiro:</u> A constatação de que os itens não obedecem as especificações deste Contrato, mesmo depois de entregues no local fixado, cabe a PREFEITURA o direito de exigir a substituição do item e, se for o caso aplicar as sanções previstas.

CLAUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADE

<u>Parágrafo</u> <u>Primeiro</u>: A CONTRATADA reconhece, por este instrumento, que é responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos que eventualmente venham a sofrer a PREFEITURA, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução do objeto do presente contrato, correndo às suas expensas, sem responsabilidade ou ônus para a PREFEITURA, os ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam motivar.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Caso algum dos itens não atenda as descrições constantes nesse instrumento, fica a CONTRATADA obrigada em no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, para fazer a substituição dos itens rejeitados, sob pena de aplicações das sanções previstas neste instrumento.

CLAUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES NOS CASOS DE INADIMPLEMENTO

- 1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 1.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação, não mantiver a proposta apresentada, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o



inciso XIV do art. 4°. Da lei 10.520, de 17 de Julho de 2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

- 2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas aqui previstas, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, conforme segue:
- 2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso da vencedora dar causa ao cancelamento do mesmo.
- 2.2 Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da Autorização de Fornecimento ou da Nota de Empenho, por dia de atraso, no caso da vencedora não cumprir o prazo de entrega ou qualquer clausula deste edital, conforme clausula quarta deste contrato, até o limite máximo de 10 (dez) dias corridos, quando dar-se-á por cancelado o Contrato.
- 2.3 Constituem hipóteses que podem determinar adoção das sanções de suspensão e declaração de inidoneidade:
- a) inexecução total de obrigações contratuais;
- b) inexecução parcial de obrigações contratuais;
- c) de pessoas físicas ou jurídicas que tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- d) prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação (são exemplos de ilicitudes: falsear dados e demonstrativos, apresentar declarações falsas, apresentar documentos com falsidade ideológica, oferecer amostras diversas da contratada, realizar combinações indevidas, do tipo jogo de planilhas e arranjos escusos, entre outras);
- e) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

CLAUSULA NONA - SUSPENSÃO DE PAGAMENTO

A PREFEITURA suspenderá o pagamento de qualquer quantia devida à CONTRATADA, sempre que ocorrer circunstância que coloque em risco a realização do objetivo do presente Contrato.

CLAUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

- a) infringência de qualquer obrigação ajustada;
- b) liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA;
- c) se a CONTRATADA, sem prévia autorização da PREFEITURA, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste Contrato;
- d) e os demais mencionados no Art. 77 da Lei n.º 8.666/93.

<u>Parágrafo</u> <u>Primeiro:</u> A CONTRATADA indenizará a PREFEITURA por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.



<u>Parágrafo</u> <u>Segundo:</u> Atendido o interesse público e desde que ressarcido de todos os prejuízos, a PREFEITURA poderá efetuar o pagamento compatível à CONTRATADA dos valores à receber.

<u>Parágrafo</u> <u>Terceiro</u>: No caso da PREFEITURA precisar recorrer à via judicial para rescindir o presente Contrato, ficará a CONTRATADA sujeita à multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do Contrato atualizado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão/ unidade	Unidade	Funcional Programática	Elemento	Fonte
05/01	Depto de Educação	05.001.12.361.0013.1.015	4.4.90.52	01000
05/01	Depto de Educação	05.001.12.361.0013.1.015	4.4.90.52	01103
05/01	Depto de Educação	05.001.12.361.0013.1.015	4.4.90.52	01104
05/01	Depto de Educação	05.001.12.361.0013.1.015	4.4.90.52	01105
05/01	Depto de Educação	05.001.12.361.0013.1.015	4.4.90.52	01107
05/01	Depto de Cultura	05.002.13.382.0017.1.017	4.4.90.52	01000
07/01	Depto de Agropecuária	07.001.20.602.0025.1.042	4.4.90.52	01000
07/01	Depto de Agropecuária	07.001.20.606.0024.1.040	4.4.90.52	01000

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

As partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, obrigando-se, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo o da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, para solução de toda e qualquer questão dele decorrente, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Coronel Vivida, de de	
CONTRATANTE	CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	



ANEXO IV.

A Comissão de Licitação do Município de Coronel Vivida

Solicito para que seja enviado o arquivo em mídia digital, conforme consta no edital de Pregão Presencial nº. 004/2012.

Encaminno abaixo os dados da empresa para que possa ser gerado o arquivo:
RAZÃO SOCIAL:
ENDEREÇO:
BAIRRO:
CEP:
CIDADE:
UF:
NOME COMPLETO PROPRIETÁRIO:
CPF:
RG:
E-MAIL:
TELEFONE:
FAX:
CNPJ:
ME OU EPP?
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
Assinatura Nome do responsável pela empresa.



ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2012

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP).

	, CNPJ/MF N°	sediada	(Enderecc
Completo) Declaro(amos) na modalidade de pregão,	para todos os fins de direito, e que estou(amos) sob o regim to na Lei Complementar 123, o	specificamente para partic le de microempresa ou en	ripação de licitação npresa de pequeno
(Local e Data)			
(Nome e Número da Cartei	ra de Identidade do Declarante	e)	



ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2012

Ao

Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida – PR Pregão Presencial nº 004/2012

Por ser verdade, firmamos a presente procuração para que produza os efeitos legais.

Cidade, dia, mês e ano

Nome completo (REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA) RG e CPF

RECONHECER FIRMA EM CARTÓRIO